

# REVISTA ELETRÔNICA ESTUDOS HEGELIANOS

Revista Semestral do Sociedade Hegel Brasileira - SHB

Ano 2º - N.º 03 Dezembro de 2005

## ORDEM LÓGICA E ORDEM HISTÓRICA, EM HEGEL E MARX

José Crisóstomo de Souza (UFBa - Brasil)

Este trabalho toma como fio duas interpretações opostas do nosso assunto; a de Althusser, no *Ler O Capital*, e a de Engels, em “A *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx”. O texto principal de Marx com o qual se cotejam essas posições é a “Introdução de 57” (parte 3), que procuramos analisar e interpretar em vários de seus pontos. Tivemos de recorrer também à *Ciência da Lógica* e à *Filosofia do Direito*, de Hegel, já que a questão da convergência/divergência entre Marx e Hegel está implicada no nosso tema, e é posta explicitamente tanto por Althusser como por Engels – como, aliás, também pela própria “Introdução”, de Marx. Procuramos, além disso, ver nos próprios textos de *O Capital* e da “Contribuição”, o que poderia ser indício esclarecedor sobre o nosso assunto.

Definimos este trabalho como “Nota” porque nele não apresentamos propriamente uma conclusão nossa, embora manifesta objeção ou assentimento a alguns pontos das interpretações de que tratamos. No caso de Althusser, de fato fazemos mais ressalvas; no caso de Engels, procuramos esclarecer melhor qual a sua posição, que pode aparecer muito simplificada em algumas de suas próprias formulações. Nossa interpretação de Marx é

também, por assim dizer, tateante; não nos expressamos de forma taxativa, embora avancemos algumas idéias sobre pontos da “Introdução” ou mesmo de **O Capital**.

O trabalho merece também, o nome de “Nota” pela sua forma, algo *inacabada*. Quanto ao modo de citar, mencionamos a obra ao pé-de-página quando ela aparece a primeira vez, e daí para frente indicamos apenas o número da página, entre parênteses, do que estamos citando – o nosso próprio texto deixando claro de que obra se trata. Ainda uma coisa: talvez por hábito “jornalístico”, traduzimos todas as citações de língua estrangeira, o que, considerado o público a que se destina o trabalho, poderia ter sido melhor não termos feito...

\*\*\*

O problema de que tratamos aqui mostra seu caráter polêmico, não apenas por encontrar diferentes respostas nos intérpretes de Marx, como também por ser questionada em seus próprios termos, como um falso problema. Embora reconhecendo que se trata de uma das questões mais debatidas de **O Capital** – a de saber se nessa obra há identidade entre a ordem lógica ou de dedução das categorias e a ordem histórica real –, Althusser afirma que os intérpretes, em sua maioria, não conseguem estabelecê-la em seus termos adequados, no campo da problemática exigida por ela[1]. Trata-se de um procedimento familiar de Althusser, que tenta aproveitar a conhecida observação de **A Ideologia Alemã**: “*não só na resposta havia mistificação, mas na própria questão*”. Ele acredita que **O Capital** nos dá várias respostas sobre a identidade e não-identidade da ordem lógica com a ordem histórica – com o que podemos concordar; bem assim a “Introdução de 57” – mas são respostas sem questão explícita, que deve ainda ser formulada. Essa formulação, para Althusser, tem sido inadequadamente situada no campo de uma “*problemática empirista*” ou no campo de uma “*problemática hegeliana*”. No primeiro caso, procura-se provar que “*a ordem ‘lógica’, sendo por essência idêntica à ordem real, existente na realidade da ordem real como sua própria essência só pode acompanhar a ordem real; no segundo caso, que a ordem lógica, deve acompanhar a ordem ‘lógica’*” (p. 48). Em ambos os casos, os intérpretes se veriam obrigados a violentar certas respostas de Marx, que manifestamente contradizem suas hipóteses.

Mesmo sem descartar essa última conclusão de Althusser, nos parece que ele simplifica exageradamente, na sua classificação, as respostas possíveis à questão, como formulada tradicionalmente; em parte desconhecendo

as posições, por exemplo, de Engels, ou mesmo a hegeliana. Sem discutirmos aqui a propriedade de chamar de *empirista* uma posição que lê uma ordem lógica no real.

Althusser sustenta que o problema da *relação* entre a ordem da gênese histórica real e a ordem de desenvolvimento dos conceitos no discurso científico, é um *problema imaginário*; propondo, em vez disso, colocar a questão no campo da “*problemática teórica marxista de distinção radical entre o objeto real e o objeto do conhecimento*”, a qual acarreta a distinção radical entre a ordem de aparecimento das categorias no conhecimento e, por outro lado, na realidade histórica (p.49). Para ela, o que Marx faz na “Introdução de 57” é tomar com toda força a *distinção absoluta* entre o objeto do conhecimento e o objeto real, contra a confusão hegeliana da identificação dos dois e do processo real com o processo de conhecimento. Marx faria isso ao dizer que:

*Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão uma maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado [geistig Konkretes]. Mas esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica pressupõe a população.* [2]

Althusser entende que aqui Marx mostra que aquela distinção diz respeito não apenas aos dois objetos, mas também aos seus próprios processos de produção – um se passa inteiramente “*no real*” e o outro é inteiramente “*um produto do cérebro*” – e que esses processos se efetuam segundo ordens diferentes, “*em que as categorias pensadas que ‘reproduzem’ as categorias ‘reais’ não ocupam o mesmo lugar que ocupam na ordem da gênese histórica real*” (pp. 41-42). Essa conclusão final é a que aqui nos interessa, mas é também a que é objeto de disputa. Por outro lado, é trivial dizer que para Marx os dois objetos se distinguem e que os seus processos de

produção não são um mesmo. Quanto ao resto, o ponto que Marx quer frisar nesse trecho da “Introdução de 57” é ainda que, embora “o concreto apareça no pensamento como resultado, não como ponto de partida”, ele pré-existe ao pensamento, como “*substrato*”... mesmo da mais simples categoria econômica. Ele não é produto do pensamento. Mas esse próprio esclarecimento – de que a reprodução espiritual do real não é a sua efetiva produção – sugere que há uma semelhança entre os dois processos, que leva a confusão hegeliana! Só assim se entende que ele introduza o trecho com a frase “*Por isso é que Hegel caiu na ilusão...*” – que Althusser, por sinal, suprime. Além do mais, tampouco para Hegel as duas ordens de que estamos tratando são perfeitamente idênticas, o que Marx certamente sabia; mas isso veremos mais adiante.

Não existindo *relação* entre as duas ordens, diz Althusser, tampouco existiria a *correspondência invertida* que Della Volpe e sua escola sustentam como essencial para compreensão da teoria de **O Capital** e da teoria do conhecimento marxista, e que repousa num conhecido trecho da “Introdução”:

*Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação (posição) que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos na sua ordem de sucessão ‘na idéia’ (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa (p. 122).*

No trecho anterior, Marx dizia que a categoria-substrato-concreto – da qual a categoria simples é uma relação – é algo “já dado”. É o “*sujeito real*” que “*permanece subsistindo... fora do cérebro*”, ele diz pouco adiante. E acrescenta: “*Por isso também no método teórico [da economia política], o sujeito – a sociedade – deve figurar*

*sempre na representação como pressuposição*” (p.117). Portanto, Marx mantém aí um paralelismo lógico-histórico, ou uma correspondência metodológico-histórico; mesmo tratando de uma situação de precedência do concreto em relação ao abstrato! Agora nesse outro trecho, Marx não está tratando das categorias-substrato (que devem figurar sempre como *pressuposto*, não como *ponto de partida*, ou *começo*); ele está tratando das categorias de um outro tipo, das categorias determinantes, ou que correspondem a uma produção determinante, ou enfim categorias que tiveram historicamente uma ação determinante.

A primeira ordem a que ele se refere não é a histórica, mas a que corresponde à “*relação natural*”; e a sociedade burguesa na sua própria visão representa uma época em que o elemento “*criado*” (em oposição ao “*natural*”) é predominante – e esse elemento naquela sociedade é o capital. Quanto à ordem do desenvolvimento histórico propriamente dita, também o que foi determinante ontem, hoje se torna determinado e secundário; e naturalmente passa de “*explicador*” a “*explicado*”. “*Não se compreende [hoje] a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra*” (p.122). Parece claro que o determinante é que explica o determinado e, nesse sentido, a ordem deve ser do que é determinante para o que não é mais – isto é, a ordem inversa.

Marx não está tratando de quaisquer categorias nem de uma seqüência qualquer. Ele tem em vista particularmente capital *versus* renda da terra, ou propriedade da terra, ou outra categoria comparável. Logo em seguida ele acrescenta: “[**O Capital**] deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido [grifo nosso] antes da propriedade da terra”. Ponto inicial e ponto final aqui não são propriamente o começo e o fim de **O Capital**; basta folhear a obra, para ver, ela começa pela mercadoria e deveria terminar pelo mercado mundial e as crises. E naquela frase mesma esta a questão: Como é que deve ser *desenvolvido* o capital? Voltaremos a esse ponto.

Ainda sobre a “*correspondência invertida*” de Della Volpe. Colocada naqueles termos, é possível que a sua interpretação se choque com a diversidade de “*respostas*” dadas por Marx à questão, quer em **O Capital** que na

“Introdução”. E parece defensável, como quer Althusser, que a “*inversão*” a que se refere Marx não deva sem mais ser tomada literalmente, a palavra por conceito, isto é, “*por uma afirmação rigorosa que adquira seu sentido não por ter sido proferida, mas por pertencer de pleno direito a um campo teórico determinado*” (Althusser, p. 50)[3]. Mais difícil, porém de defender nos parece ser a desqualificação althusseriana da nossa questão, como um falso problema, que Marx teria descartado, etc. Na “Introdução”, Marx não só mostra em que medida as duas ordens não correspondem (como exemplos que, entretanto, nem sempre contrariam Hegel), mas distingue também uma medida em que “*o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo*” (p. 118). Ele investiga, portanto, uma correspondência, mesmo sem avançar uma resposta de tipo engelsiano – “*metafísica*”, se se quiser.

Depois de mostrar que a mais simples categoria econômica, como o valor de troca pressupõe um todo vivo e concreto já dado, uma população produzindo em determinadas condições, certos tipos de famílias, etc; depois de mostrar que, apesar de o valor de troca como categoria possuir uma existência antediluviana, o sujeito real, a sociedade, permanece existindo fora do cérebro e deve figurar como pressuposto; Marx põe explicitamente a questão (que, portanto, não respondeu ainda nem descartou): “*Estas categorias simples [logicamente anteriores, JCS] não possuem também uma existência independente histórica ou natural anterior às categorias mais concretas?*” (p. 117). Sua resposta inicial não parece desqualificante ou taxativa em qualquer outro sentido: *Ça dépend*, diz Marx.

Lembremos que até aqui Marx já dissera que o método científico exato se eleva do abstrato, simples, ao concreto, complexo. Aliás, mais uma prova de que ele está falando de outra coisa quando antepõe capital a renda da terra como “*ponto inicial*”: capital não é uma categoria simples ou elementar; basta recordar as três “*definições*” que Marx dele apresenta na primeira parte da “Introdução” (instrumento, trabalho acumulado e o “específico”) (p. 105)[4]. Por outro lado, se capital fosse uma categoria simples, como poderia constituir o “*ponto final*” no curso do abstrato do concreto? Mas, voltando ao que dizíamos, Marx parte da observação de que o método científico vai

das categorias “*mais t enes*”, das abstra es ou conceitos mais simples, ao que   mais concreto e complexo. Em seguida faz a ressalva de que o concreto   pr -existente na realidade; e *por isso*, tamb m no m todo, deve figurar como pressuposto. Depois, como dissemos, formula a pergunta se categorias simples como valor-de-troca, independentemente de suporem um substrato concreto, n o precedem  s categorias mais concretas. Poder amos dizer aqui que Marx est  se referindo  s “*categorias-rela o*”, e n o as “*categorias substrato*” ou as “*categorias-determinantes*”; com efeito ele mostra claramente linhas adiante que est  tratando de categorias que “*s o a express o de rela es*” (118). A primeira resposta de Marx, j  dissemos,  : * a d pend*. A segunda, embora evidentemente sem esgotar a pergunta,   uma resposta afirmativa:

*As categorias mais simples s o a express o de rela es nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver ainda estabelecido a rela o ou o relacionamento mais complexo, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria numa rela o subordinada* (118).

Os exemplos em que Marx se baseia aqui s o a posse, em rela o   propriedade, e o dinheiro em rela o ao capital. Ele prossegue:

*Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir rela es dominantes de um todo menos desenvolvido, ou rela es subordinadas de um todo mais desenvolvido, rela es que j  existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa numa categoria mais concreta. Nesta medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo hist rico efetivo [grifo JCS] (118).*

Diante disso, como pode Althusser sustentar que “*Marx passa o temo a mostrar... que a ordem real contradiz a ordem l gica*”? (50).   verdade que Marx conclui o par grafo da “*invers o*”, citado mais acima, com a observa o

de que “*não se trata da relação [posición, segundo a tradução da Siglo XXI] que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade...; trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa*” (122). Para Althusser, ele assim “*não deixa persistir qualquer equívoco, dado que ficamos sabendo que esse debate sobre a correspondência direta ou inversa dos termos das duas ordens nada tem a ver com o problema analisado*” (49-50). Ora, o que vimos até aqui nos autoriza a dizer que Marx fala sim da correspondência entre as duas ordens; e que a conclusão de Althusser cai no erro, que ele aponta nos outros intérpretes, de “*violentar certas respostas de Marx*”. Mas acreditamos que mesmo aquele ponto, da categoria ou produção determinante como primeira, pode ser melhor esclarecido – de maneira a não deixar “*soltas*” as diferentes respostas na sua diversidade – no próprio texto da “*Introdução*”, cuja idéia aí, sugerimos, pode ser abreviadamente a seguinte: a “*determinação*” histórica aproximada, da cadeia categorial, não é a única, ou melhor, não deve ser tomada abstratamente; ela se conjuga com a determinação (das categorias e da cadeia) por uma forma de produção dominante, na sociedade que se trata de compreender, e essa outra determinação não elimina a anterior. A produção ou categoria dominante se antepõe, já vimos, como logicamente anterior, às *categorias que foram dominantes antes dela* na cadeia histórica. Essa interpretação se respalda no próprio parágrafo com que Marx introduz aquele ponto, trecho que, de outra sorte, permaneceria meio inexplicado:

*Do mesmo modo que em toda ciência histórica, social em geral; é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, neste caso a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem portanto formas de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados da sociedade, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por conseguinte, inclusive do ponto de vista científico, esta sociedade de maneira nenhuma se inicia somente a partir do momento em que se trata dela como tal. Isto deve ser fixado porque dá imediatamente uma direção decisiva às seções que precisam ser estabelecidas (...). Em todas as formas de sociedade se encontra*



*uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade.*

Porque Marx volta a dizer que o concreto (a sociedade) está previamente dado fora do cérebro? Que não se inicia quando se começa a falar dela? Em que isso determina o curso das categorias econômicas? O que isso tem a ver com a precedência do capital com relação a categorias anteriormente dominantes na história? Marx quer dizer, segundo nos parece, que no estudo da sociedade burguesa, as categorias simples e primeiras (também *historicamente* primeiras, suponhamos) existem como formas de ser ou aspectos isolados *da sociedade burguesa* (onde o capital é dominante). Quando começamos a explicar *a sociedade burguesa pela mercadoria* – não a estando nós produzindo, sendo ela já dada (a sociedade burguesa, digo.) – essa mercadoria já é um aspecto da *sociedade burguesa*, e a forma de concebê-la e principalmente de articulá-la deve ser determinada por esse fato. A mercadoria de que Marx trata aponta – e deve apontar – para a constituição do capital, que domina a sociedade, e não há porque antepor a este a renda da terra ou a propriedade da terra.

Essa “*correção*” do caminho histórico é certamente bem mais do que a simples eliminação de “*ziguezagues*” ou a supressão de “*contingências perturbadoras*” de que fala Engels, como veremos adiante; mas parece ser menos do que o abandono radical de toda correspondência entre a ordem lógica e a ordem histórica enquanto ambos marchariam do simples ao complexo, como sentido geral; e enquanto o desenvolvimento do conceito de capital encontra uma certa correspondência com a história. Afinal de contas, a *conclusão prática* a que Marx chega é a de que o capital deve vir primeiro... *do que a renda da terra*. Sua expressão é: “[**O Capital**] *deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra*”. Todos dois, está dito, devem ser *desenvolvidos*, não se constituindo, portanto o capital em começo imediato, como já lembramos mais acima. De qualquer forma, Althusser parece forçar a argumentação, ao ignorar certos elementos que já citamos e ao pretender tirar conclusões mais gerais do que permitem os próprios elementos que oferece. Nenhum dos

intérpretes de Marx desconhece que **O Capital** não começa pela renda da terra, mas fica ainda a questão: qual o curso seguido por Marx no desenvolvimento do conceito de capital? Ou na passagem da mais-valia relativa à mais-valia absoluta? E acaso a própria conclusão de Marx de toda investigação que leva a efeito na parte III da “Introdução” não apresenta um plano para sua exposição onde a ordem das seções vai do simples/abstrato ao complexo/concreto, sem excluir paralelismos históricos? (cf. p. 122)

Mas qual é então para Althusser a ordem de exposição de Marx? A ordem em que a *Gliederung* (articulação) de pensamento é produzida nada tem a ver com a história, é uma ordem específica, que ele prefere chamar de ordem de *análise* teórica, ordem da “*síntese*” (entre aspas) dos conceitos necessários para a produção desse concreto-de-pensamento que é a teoria de **O Capital** (p. 50). Assim, ele não considera que Marx, no seu texto explicitamente intitulado “O Método da Economia Política” (parte III da “Introdução”), chama de *análise* o processo que vai do “concreto representado”, da “representação caótica do todo”, a “conceitos cada vez mais simples”, abstrações cada vez mais tênues”, até atingirmos “determinações as mais simples” – que é o método característico dos economistas do século XVII. O caminho inverso, que é “manifestamente o método científico exato”, Marx o caracteriza como o “processo de síntese” que faz aparecer o concreto no pensamento (116)<sup>[5]</sup>. Quanto à especificidade da ordem de demonstração de Marx, ela está vinculada, para Althusser, à questão da “forma de ordem exigida em dado momento da história do conhecimento, pelo tipo de cientificidade existente, ou, se preferirmos, pelas normas de validade teórica admitidas pela ciência em sua própria prática, como científicas” (51). Enfim, para ele, o discurso de Marx é “em seu princípio estranho ao discurso de Hegel”; seu método de exposição é “inteiramente diferente da lógica hegeliana”; Marx inventou integralmente uma forma nova de ordem de análise demonstrativa. O fato de que o autor de **O Capital** trate repetidamente o seu método como pré-existente, tendo sido seu trabalho aplicá-lo aos problemas econômicos, que pense tê-lo tomado (de alguma forma) de Hegel, não representa maior problema para Althusser (cf. pp. 53-54).

No entanto, no momento mesmo em que procura demarcar diferenças com Hegel, na “Introdução”, Marx

acompanha o “*mestre*” em boa medida, no que diz respeito à questão mesma que aqui nos interessa, da correspondência/diferença ordem lógica – ordem histórica. A proximidade entre certos trechos de Hegel e a parte III da “Introdução” chega a ser flagrante. Na ***Ciência da Lógica***, Hegel afirma a distinção entre o que é primeiro na realidade e o que é primeiro no curso do pensamento, considerando um erro grave, também segundo a sua dialética, confundir as duas coisas:

*Um erro capital consiste em crer que o princípio natural, ou seja, o começo, de onde se parte no desenvolvimento natural ou na história do indivíduo que se vai formando, seja o verdadeiro e o princípio no conceito (...) A filosofia não deve ser uma narração do que sucede, mas o conhecimento do que aí é verdadeiro (p. 263)[6].*

Hegel volta a distinguir a ordem temporal da ordem lógica, na ***Filosofia do Direito***, coincidindo com Marx na afirmação da precedência do concreto-substrato na história, e de seu comparecimento no curso do conhecimento como resultado. O trecho coincide plenamente com a argumentação marxiana sobre porque não começar o estudo da economia política pela população, argumentação com que abre a parte III (“O método da economia política”) da “Introdução”. É difícil imaginar que Marx não tivesse em mente o seguinte trecho, em que Hegel, depois de afirmar a *identidade entre a determinidade de um conceito e seu modo de existência* (“num sentido mais especulativo”), prossegue:

*Mas deve ser observado que os momentos cujo resultado é uma forma mais determinada do conceito, precedem a ele no desenvolvimento filosófico da Idéia como determinações do conceito, mas não vêm antes dele no desenvolvimento temporal das formas de experiência [pgf. 32]. (...) Posso dizer que a ordem temporal em que efetivamente aparece [a série de formas existentes da experiência] é diferente da ordem lógica [a série de pensamentos]. Assim, por exemplo, não podemos dizer que a propriedade existiu antes da família; contudo, a*

*despeito disso, a propriedade deve ser estudada primeiramente. (...) Pode-se perguntar aqui por que não começamos no ponto mais alto, isto é, com o conceito verdadeiro. A resposta é que o que estamos procurando é precisamente a verdade na forma de um resultado e, para esse propósito, é essencial começar tomando o próprio conceito abstrato. (§ 32, adição, p. 233).*

Diante disso, podemos talvez questionar Althusser – aqui “*telegraficamente*” – em três passos. Em primeiro lugar, a semelhança entre Hegel e Marx parece contrariar a separação radical que ele quer fazer entre os dois, ao dizer que o discurso do segundo é estranho ao do primeiro, ou que o método de exposição daquele é “*inteiramente diferente*” da lógica deste. Em segundo, Althusser poderia não estar caracterizando bem a posição hegeliana, segundo a qual, para ele, “*a ordem real, que não passa... da existência real da ordem lógica, deve acompanhar a ordem lógica*” (p. 48). E, finalmente, se Althusser ainda mantém Hegel como um paradigma por excelência da relação entre as duas ordens, isto é, se em Hegel as distinções entre as duas ordens não excluem uma relação entre as mesmas (tão “*estreita*”, poderíamos acrescentar), então, talvez, também em Marx, ao contrário do que pensa Althusser, as distinções poderiam não descartar uma relação ou correspondência; tanto mais se levarmos em conta as coincidências entre os dois nas distinções que fazem.

Com isso deixamos Althusser pelo momento e vejamos, no outro extremo, a posição engelsiana sobre o nosso problema, apresentada no *comentário que Engels* fez da “Contribuição da Economia Política” de Marx. Engels aí declara simplesmente que o método lógico de Marx não é, na realidade, senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica e das “*contingências perturbadoras*” [7] – o que pretende corresponder ao curso da “Contribuição”, mas é muito mais do qualquer coisa dita por Marx na “Introdução de 57”. “*Ali onde começa a história*”, prescreve Engels, “*deve começar também a cadeia do pensamento, e o desenvolvimento ulterior desta não será mais do que a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente conseqüente, da trajetória histórica*” (310). Essa identidade tão taxativamente afirmada por Engels pode – é o que nos parece – obscurecer os matizes da sua própria interpretação.

*A resenha de Engels* vai na linha de valorização da herança hegeliana, da tese da aplicação por Marx da

dialética hegeliana desmistificada. Segundo ele, antes de Marx a escola hegeliana oficial “*apenas manipulava os artifícios mais simples da dialética do mestre, aplicada a torto e a direito*” (308), e como reação instaurou-se na ciência “*o reinado da metafísica com suas categorias imutáveis*”. (A esse respeito pode-se talvez considerar toda a “Introdução” como um manifesto contra a “*imutabilidade das categorias*” – especialmente a parte I – tanto quanto contra qualquer maneira simplista, linear ou esquemática de compreender a sua historicidade – na parte III). O modo de pensamento de Hegel, porém estava acima daquele de todos os demais filósofos, pelo “*formidável sentido histórico que o animava*”; o desenvolvimento de suas idéias marchando “*sempre paralelamente com o desenvolvimento da história universal*” (310). Retirando então da lógica hegeliana a medula que encerrava as verdadeiras descobertas de Hegel neste campo, Marx restaurou o método dialético, despojado da sua roupagem idealista, “*na simples nudez em que aparece como a única forma exata do desenvolvimento do pensamento*”. Depois de descobertos, o método e, de acordo com ele, a crítica da economia política, podiam entretanto ser abordados de dois modos: o lógico e o histórico.

A partir daqui Engels começa a fazer suas considerações sobre as relações entre as duas ordens, por uma questão mais particular: ele inclui a questão do paralelismo entre o desenvolvimento lógico e o desenvolvimento histórico da literatura sobre a economia política [8]. Como na história, do mesmo modo que no seu reflexo literário, diz ele, as coisas se desenvolvem, também, a grandes traços, do mais simples para o mais complexo. No desenvolvimento histórico da literatura sobre a economia política “*as categorias econômicas aparecem na mesma ordem do seu desenvolvimento lógico*” (310). Mais adiante, Engels afirma que na “Contribuição” “*a crítica das diferentes definições, mais ou menos unilaterais ou confusas, já está contida, no essencial, no desenvolvimento lógico e pode ser resumida brevemente*” (312).

Esta descoberta de um sentido que pode ser chamado de “*lógico*” no desenvolvimento histórico do conhecimento, pode talvez encontrar certa comprovação no trabalho de Marx. Na “Introdução”, ele compara o caminho de ida da representação caótica do todo, do concreto representado, a abstrações cada vez mais simples,

e de volta ao concreto como rica totalidade de determinações diversas, ao percurso histórico da ciência econômica. Como vimos, os economistas do século XVII “começam pelo todo vivo... [e] terminam por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes...”. Posteriormente, “esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados ou abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples... até o Estado... e o mercado mundial” (p. 116).

Mais adiante (p. 119), Marx descobre um sentido lógico, dessa vez na direção da abstração, no desenvolvimento da categoria de trabalho “na sua simplicidade”, na literatura econômica; e aponta uma base histórica para esse desenvolvimento. O sistema monetário, diz ele, situava a riqueza de forma objetiva, como dinheiro; o sistema manufatureiro ou comercial marcou um grande progresso ao colocar a fonte de riqueza na atividade subjetiva, no trabalho comercial e manufatureiro; o sistema dos fisiocratas admitiu uma forma de trabalho como criadora da riqueza, e o próprio objeto, não sob a forma dissimulada de dinheiro, como produto; Adam Smith representou um enorme progresso ao rejeitar toda determinação particular da atividade criadora da riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, embora recaindo de quando em quando no sistema fisiocrático. Por fim, Marx diz que o trabalho “indiferente” é resultado de um desenvolvimento histórico real, não apenas um resultado intelectual (cf. p. 119).

Voltando a Engels e deixando a questão específica da história do conhecimento: Haveria o modo lógico e o modo histórico de aplicação do método dialético. No segundo, acompanha-se “o desenvolvimento real das coisas”, mas se enfrentam certas dificuldades: “A história se desenvolve com freqüência aos saltos e ziguezagues..., se colheriam materiais de escassa importância..., se teria que romper, muitas vezes a ilação lógica” (310). Por isso, o método indicado para o estudo da sociedade burguesa (cuja história ainda não fora escrita) era o lógico: “Com esse método, partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica que encontramos [Engels está falando das categorias-relação, J.C.S.]. Logo, iniciamos a sua análise” [grifo J.C.S.]. Encontramos então contradições que

exigem uma solução, “*contradições que terão também surgido na prática e nela terão também encontrado, provavelmente, a sua solução*”. Esta se verifica criando uma nova relação, e assim por diante (310-311).

Se se pode talvez dizer de Engels que aqui ele generaliza sobre as relações entre o lógico e o histórico a partir de um só exemplo, que é o do estudo que Marx faz da economia política na “Contribuição”, mais difícil é negar completamente um certo paralelismo entre a história e o curso da “*demonstração*” de Marx, na “Contribuição” ou em **O Capital**.

Quanto ao primeiro aspecto, a generalização de Engels é visível na sua própria especificação do caso da economia: “*partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica que encontramos*”. Na verdade, na “Introdução”, o próprio Marx parece sugerir a possibilidade de extensão da aplicação do seu método, ao observar que Hegel “*começa corretamente sua **Filosofia do Direito** com a posse como a mais simples relação jurídica do sujeito*” (p. 117). Mais adiante, Marx alude a “*toda ciência histórica, social em geral*” (p. 121), o que parece delimitar aquela extensão. Quanto ao segundo aspecto, a economia política de Marx – a “Contribuição”, mas também **O Capital** – começa de fato pela mercadoria, que se nos apresenta sob os dois pontos de vista do valor de uso e do valor de troca. Mas aqui se trata da “*mercadoria que já adquiriu o seu pleno desenvolvimento, não aquela que começa a se desenvolver trabalhosamente nos atos primigênicos da troca entre duas comunidades primitivas*” – é o próprio Engels quem nos diz (Engels 311). Pouco antes ele falara do método lógico como imagem corrigida da história, onde “*cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento da sua plena maturidade, na sua forma clássica*” (Engels 310).

Não obstante isso, Engels acha que as “*contradições*” que surgem no processo de troca da mercadoria, de que a “Contribuição” trata, “*refletem ao mesmo tempo as dificuldades que surgem da natureza da relação de intercâmbio direto, do simples ato de troca, e as impossibilidades com que necessariamente se choca esta primeira forma tosca de câmbio*” (p. 312). “*A solução dessas impossibilidades se encontra transferindo-se a uma*

*mercadoria especial – o dinheiro - a qualidade de representar o valor de troca de todas as demais mercadorias”*  
Esse é de fato resumidamente o curso inicial de Marx, tanto na “Contribuição” quanto em **O Capital**. E Engels então conclui:

*Vemos, pois que, com esse método, o desenvolvimento lógico não se vê obrigado, de modo algum, a mover-se no reino do puramente abstrato. Pelo contrário, precisa ilustrar-se com exemplos históricos, manter-se em contato constante com a realidade. Por isso, esses exemplos são aduzidos com grande variedade e consistem tanto em referências à trajetória histórica real, nas diversas etapas de desenvolvimento da sociedade, como em referências à literatura econômica (p. 312).*

A “Contribuição” apresenta de fato uma série de referências à literatura econômica histórica bem como à história da sociedade e da economia. É o caso desse precioso trecho sobre o desenvolvimento da forma valor através de suas contradições:

*O comércio à base de troca direta, forma natural do processo de troca, apresenta muito mais a transformação incipiente dos valores de uso em mercadorias do que a das mercadorias em dinheiro (...). Vimos que o valor de troca de uma mercadoria se caracteriza tanto mais como valor de troca quanto maior é a série de seus equivalentes, ou quanto mais ampla é a esfera da troca da mercadoria. A expansão paulatina do comércio de trocas, com a intensificação do intercâmbio e a multiplicação das mercadorias que concorrem neste comércio, faz desenvolver a mercadoria como valor de troca, impele à formação do dinheiro, atuando assim como um fator de dissolução do comércio de trocas diretas. Os economistas costumam derivar o dinheiro das dificuldades exteriores com as quais se defronta o comércio de troca, mas aí se esquecem de que essas dificuldades surgem do desenvolvimento do valor de troca, e, por isso, do trabalho social como trabalho geral. Por exemplo, as*



mercadorias como valores de uso não são divisíveis livremente, o que elas devem ser como valores de troca. Ou então, pode acontecer que a mercadoria de A seja valor de uso para B, mas a mercadoria de B não seja valor de uso para A; ou que os possuidores de mercadorias necessitem mutuamente de proporções desiguais de valor de suas mercadorias indivisíveis a serem trocadas mutuamente. Em outras palavras, com o pretexto de tratar do comércio de trocas diretas, os economistas fazem uma idéia de alguns aspectos da contradição, que o modo de ser da mercadoria envolve como unidade imediata de valor de uso e valor de troca. Por outro lado, prendem-se conseqüentemente ao comércio à base de troca como a forma adequada do processo de troca das mercadorias que, segundo eles, estaria vinculado apenas a certos incômodos de caráter técnico, para cuja solução o dinheiro seria um expediente habilmente inventado (152-3).

**O Capital** também começa pela mercadoria, desdobrada em seus “dois fatores”, valor de uso e valor, “expressão do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria”; e o desenvolvimento da “forma valor” ou “do valor de troca” se inicia pela “forma simples, singular ou accidental (fortuita) de valor” [este é o título da seção que trata da primeira forma de valor]. A expressão “fortuita” (Reginaldo Sant’Anna, Ed. Civilização) ou “accidental” (Regis Barbosa e Flávio Kothe) parece associar essa primeira forma, por onde começa Marx, com a primitiva troca incipiente como se teria dado em seus primórdios – mesmo no tratamento abstrato que lhe é dado. Ao final dessa seção (Civilização p.70), Marx usa uma linguagem em que o lógico parece de alguma forma ecoar o histórico, apesar do caráter lógico largamente predominante em **O Capital** [9]:

A forma simples do valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma mercadoria com o desenvolvimento da forma valor. Percebe-se à primeira vista, a insuficiência da forma simples de valor, forma embrionária que atravessa uma série de metamorfoses para chegar a forma preço. A expressão do valor de uma mercadoria A através de uma mercadoria B qualquer, serve apenas para distinguir o valor de A do seu próprio valor- de- uso, colocando A em relação de troca exclusiva com outra mercadoria particular qualquer dele diferente; não traduz sua igualdade qualitativa e

proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias... Todavia, a forma simples de valor converte-se, por si mesma, numa forma completa.

Não nos parece descabido ver aqui uma aproximação da forma simples com a troca incipiente e do desenvolvimento daquela com a extensão dessa. E do mesmo modo que a forma simples, a forma seguinte, total, extensiva ou desdobrada do valor, também vai apresentar seus defeitos (p. 72); passando à forma geral do valor e finalmente à forma dinheiro. Isso é a primeira parte do primeiro livro de **O Capital**. Na segunda, o dinheiro se transforma em capital. A terceira trata da produção de mais-valia absoluta, a quarta, da produção de mais-valia relativa. Tudo parecendo caminhar do mais simples ao mais complexo e acompanhar “a *largos traços*” a ordem histórica. O que Althusser acha disso?

#### Referências bibliográficas:

1. “Introdução à Crítica da economia Política de 57”. Trad. Edgar Malagodi. In: *Marx*, coleção Os Pensadores, abril cultural, São Paulo, 1978, p. 103-125.
2. *Elementos Fundamentales para la Critica de La Economia Política*, Marx, Siglo Veintiuno, Buenos Aires, 1973.
3. *Ler O Capital*, Althusser et alii, Trad. Nathaniel Caxeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.
4. *Para a Crítica da Economia Política (a Contribuição)*. Trad. Edgar Malagodi, in Marx, col. Os Pensadores, Abril cultural, São Paulo, 1978.
5. *O Capital*, Karl Marx. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, Abril Cultural, São Paulo, 1983.
6. *O Capital*, Karl Marx. Trad. Reginaldo Sant’Anna, civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
7. *Ciência de la Lógica*, G. W.F. Hegel. Trad. De Rodolfo Moudolfo, Hachette, Buenos Aires, 1956.
8. *Hegel’s Philosophy of Right*, Oxford, Londres 1980.

9. *The Philosophy of Marx*, W.L. McBride, Hutchinson, Londres, 1977.
10. *O que é Dialética*, J. M. Brohm, Antídoto, Lisboa, 1979.
11. *Karl Marx Economista*, E. M. Ureña, Edições Loyola, São Paulo, 1981.
12. *Lógica Dialética*, P. V. Kopnin, Grijalbo México, 1966.

---

[1] De “O Capital à Filosofia de Marx”, em *Ler O Capital* (p 11 a 74), Althusser, Louis; Rancière, Jacques; Macherey, Pierre. Zahar, Rio de Janeiro, 1979, vol.1, p. 48.

[2] “Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política” (ou “Introdução de 1857”, ou “Introdução Geral”), in *Marx*, coleção *Os Pensadores*, Abril Cultural, São Paulo, 1987, p.122.

[3] Althusser nos remete ao ensaio de Rancière (que vem a seguir no ***Ler O Capital***) para esclarecimento da questão desse inverso. Ali, Rancière faz considerações gerais sobre o conceito de inversão do movimento real no movimento aparente – ou entre a determinação científica e a determinação fenomênica – a partir da afirmação de Marx (***O Capital***, livro I, p. 620, *Civilização*) de que “*todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam freqüentemente uma aparência oposta a [inversa da, JCS] sua essência*”; afirmação transformada por Rancière em “*lei geral da cientificidade marxista*”, com a substituição do advérbio “*freqüentemente*” por “*rigorosamente*”. Além disso, Rancière trata de descartar como analógicos e não-rigorosos os outros usos da categoria de inversão, por Marx, que aproximam o texto d’***O Capital*** ao dos ***Manuscritos***, especificamente à categoria de alienação.

[4] Cf. Hegel, na ***Pequena Lógica***, §229: “*Quanto mais rico é o objeto a definir, isto é, quanto mais aspectos de exame oferece, tanto mais diversas são as definições possíveis*”.

[5] Os diferentes intérpretes escolhem diferentes caracterizações para o método de Marx, numa variedade surpreendente. Apenas para ilustrar: o seu “*modo*” de investigação (*Forschungsweise*), para Jean-Marie Brohm, “*sobre o curso da história real*”, é “*regressivo-concreto*” (p. 74); para MacBride, é descritivo, fenomenológico (p. 60); para Althusser, é de “*tentativas e erros*”, “*como em toda pesquisa*” (p. 52). A sorte do “*modo de exposição*”

(*Darstellungsweise*) não é muito diferente.

[6] Hegel, *Ciência da Lógica*, Hachette, Buenos Aires, 1956, vol. 2, p. 263. Nesse ponto Hegel se expressa de forma mais nuançada do que Engels, como veremos adiante.

[7] “A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx”, in *Textos de Karl Marx e Friedrich Engels*, vol. III, Edições Sociais, São Paulo, 1977, p.310.

[8] Para uma das sistematizações das idéias engelsianas sobre o lógico e o histórico, no estilo Diamat, ver *Lógica Dialética*, P.V. Kopnin, Grijalbo, México, 1966, p. 185 ss.

[9] MacBride: “É correto caracterizar a abordagem dialética de Marx nos seus principais escritos de maturidade (embora não em todos os seus escritos) como sendo mais estrutural do que genética ou histórica” (p. 64).

---

[Revista Eletrônica Estudos Hegelianos](#)